



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº: **0322230-8**

Embargante: **Freio Teste Santos Ltda.**

Embargado: **João Bosco Correia**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. QUESTÃO DE ORDEM ANALISADA. RECURSO CONHECIDO APENAS COM O ESCOPO DE PREQUESTIONAR O ASSUNTO EXPOSTO. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso de embargos de declaração possui estreita via de conhecimento, devidamente estabelecida no art. 535 do CPC, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. É cabível, excepcionalmente, com propósito de prequestionamento.

2. Inexistência de omissão no acórdão recorrido. Decisão que apreciou a demanda de modo suficiente, com o pronunciamento acerca de todas as questões relevantes, tratando expressamente da questão de ordem objeto da suposta omissão.

3. Recurso conhecido apenas para fins de prequestionamento, contudo, negado provimento. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

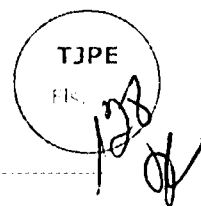
Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração em Apelação Cível nº. 0322230-8**, da Comarca de Recife, em que figuram como Embargante **Freio Teste Santos Ltda.** e, como Embargado, **João Bosco Correia**

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração em Apelação Cível oposto por **Freio Teste Santos Ltda.**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de  de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

mwI



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº: **0322230-8**

Embargante: **Freio Teste Santos Ltda.**

Embargado: **João Bosco Correia**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Relatório

Cuida-se de Embargos Declaratórios opostos contra acórdão proferido nos autos da apelação cível (fls. 91/92), que, à unanimidade de votos, negou provimento ao recurso apelatório, mantendo a sentença que condenou a ora recorrente à restituição dos valores despendidos pelo recorrido com o pagamento de IPTU de imóvel alugado.

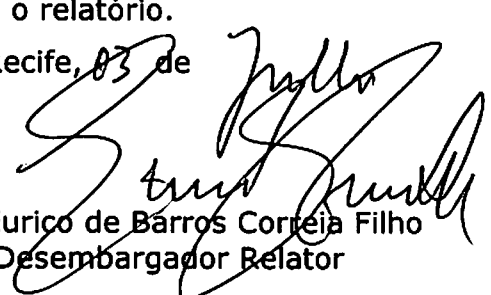
No presente recurso, a embargante aduz a ocorrência de omissão na decisão recorrida em relação a renúncia do benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil.

Assim, pugna pelo provimento dos aclaratórios para sanar as omissões e pelo prequestionamento das questões suscitadas pelas partes no curso desta demanda.

É o relatório.

Recife, 03 de

de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº: **0322230-8**

Embargante: **Freio Teste Santos Ltda.**

Embargado: **João Bosco Correia**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

Como é cediço, o recurso de embargos de declaração possui estreita via de conhecimento, devidamente estabelecida no art. 535 do CPC, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade.

Ao analisar os autos, observo que inexistente na decisão recorrida quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, capaz de ensejar o acolhimento do pedido formulado na exordial dos presentes aclaratórios.

Neste aspecto, registro que pretende a embargante renovar, em sede de embargos de declaração, matéria evidentemente de mérito.

O julgado apreciou a demanda de modo suficiente, com o pronunciamento acerca de todas as questões relevantes, tratando expressamente da questão de ordem objeto da suposta omissão, nos seguintes termos:

"A fiadora se comprometeu solidariamente ao pagamento como principal pagadora, nos termos da cláusula décima quarta do contrato (fl. 12), renunciando, inclusive, ao benefício de ordem. Por isso, é responsável pelo débito até o efetivo término da locação". (fl. 93).

Portanto, inexistente omissão no julgado recorrido.

Além disso, o magistrado não está obrigado a analisar todos os argumentos desfiados pela parte, sendo suficiente, para tanto, que se atenha àqueles bastantes à formação de sua convicção acerca da matéria, senão vejamos:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RTJESP 115/207).

Neste sentido, trago à colação julgados do colendo STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 7 E 211/STJ E 282/STF. 1. Ao Juiz cabe apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados. 2. A ausência de prequestionamento, malgrado a oposição de embargos de declaração, atrai o óbice das Súmulas 211/STJ e 282/STF. 3. O revolvimento das provas não se viabiliza na via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. 4. Recurso especial improvido." (RESP 545.773/RN, STJ, Segunda Turma, unânime, Rel. Ministro Castro Meira, DJU 23/03/2007).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF. 1. Não incorre em omissão o julgado hostilizado quando a lide é apreciada, assim como não está o

juiz obrigado a analisar todos os pontos suscitados pelas partes. 2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada – arts. 462 e 397, do CPC; 10 da Lei nº 7.798/89; 4º do DL 1.199/71; IN 67/98 – impede o conhecimento do recurso especial. Súmulas 282/STF. 3. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.” (EDcl no AgRg no Ag 1028240/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 18/12/2008).

Diante do exposto, conheço dos aclaratórios para fins prequestionadores, contudo **nego provimento** ao presente recurso.

Recife, 03 de julho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

mwI